STJ00077326

Sumário

AGRADECIMENTOS 7

PREFÁCIO – Arruda Alvim e Teresa Arruda Alvim Wambier 9

APRESENTAÇÃO – Nelson Nery Jr. 11

INTRODUÇÃO 19

1. DELIMITAÇÃO METODOLÓGICA E PRECISÕES TERMINOLÓGICAS .. 25
   1.1 Âmbito de abrangência do trabalho 25
   1.2 Metodologia utilizada 24
   1.3 O recurso extraordinário: esclarecimentos de cunho terminológico sobre a classificação dos recursos no Brasil 25
   1.4 Repercussão geral: a terminologia utilizada pelo texto constitucional .. 28

2. ASPECTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 32
   2.1 Considerações introdutórias 32
   2.2 As raízes do sistema brasileiro de uniformização do direito federal 33
      2.2.1 O federalismo norte-americano, a Suprema Corte e o *writ of error* 38
      2.2.2 O Estado liberal, a Revolução Francesa e a cassação civil 43
      2.2.3 O Supremo Tribunal Federal, o tipo de Estado e o sistema político brasileiros 46
         2.2.3.1 O modelo vigente até 1988 47
         2.2.3.2 O modelo vigente após a criação do Superior Tribunal de Justiça 52
   2.3 Os escopos dos recursos para tribunais de cúpula 57
      2.3.1 Funções clássicas 57
         2.3.1.1 Função nomofilática 58
         2.3.1.2 Função uniformizadora 60
      2.3.2 Funções contemporâneas 65
         2.3.2.1 Função *dikelógica* 66
         2.3.2.2 Função paradigmática 70
   2.4 A *crise* do recurso extraordinário 78
      2.4.1 O fenômeno mundial, as peculiaridades brasileiras e algumas razões de nosso quadro 83
      2.4.2 Tentativas de superação da *crise* 86

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3. O DIREITO ESTRANGEIRO COMO FONTE DE INSPIRAÇÃO DA REPERCUSSÃO GERAL 89
3.1 A tendência mundial de criação de filtros para o acesso de recursos aos tribunais de cúpula 89
3.2 Estados Unidos: *writ of certiorari* 90
3.2.1 Histórico da *discricionariedade judicial* nos EUA 91
3.2.2 Procedimento do *writ of certiorari* 98
3.2.3 A "teoria do indício" (*cue theory*) e outros estudos sobre critérios utilizados pela Suprema Corte para concessão do *certiorari* 100
3.2.4 As normas da Suprema Corte (*Rules of the Supreme Court*) 102
3.2.5 A relevância das questões discutidas no caso como critério para exame da Suprema Corte 105
3.3 Alemanha: significação fundamental da questão de direito (*Rechtssache grundsätzliche Bedeutung*) discutida no recurso de revisão 107
3.3.1 A admissibilidade da *revisão* antes da reforma de 2001 110
3.3.2 A admissibilidade da *revisão* após a reforma de 2001 112
3.4 Argentina: o *certiorari* argentino introduzido pela Lei 23.774 114
3.4.1 Generalidades 114
3.4.2 As hipóteses de rejeição do recurso extraordinário com base no art. 280 do CPCN 119
3.4.2.1 Ausência de lesão federal suficiente 119
3.4.2.2 Questões insubstanciais 120
3.4.2.3 Transcendência das questões discutidas no recurso 121
3.4.3 Critérios utilizados na Argentina 122
3.4.3.1 Transcendência das questões constitucionais 122
3.4.3.2 Transcendência das questões infraconstitucionais 123
3.5 Outros países 125
3.5.1 Inglaterra: a seleção de casos autorizada pela lei de 1934 125
3.5.2 Canadá: a lei de 1974 e a restrição da jurisdição recursal obrigatória 127
3.5.3 Austrália: os critérios instituídos em 1984 para a concessão de *licença especial para recorrer* 128
3.5.4 Japão: o modelo introduzido pelo Código de Processo Civil de 1996 130

4. ASPECTOS PROCESSUAIS DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 132
4.1 Efeitos 132
4.1.1 Generalidades 132
4.1.2 Efeito devolutivo 134
4.1.3 Efeito suspensivo 139
4.1.4 Efeito translativo 145
4.1.5 Efeitos do recurso extraordinário e repercussão geral 147

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

4.2 Juízos de admissibilidade e mérito 148
4.2.1 Generalidades 148
4.2.2 Juízo de admissibilidade do recurso extraordinário 154
4.2.2.1 Cabimento 154
4.2.2.1.1 O prévio exaurimento das instâncias ordinárias 160
4.2.2.1.2 Distinção entre questões federais *constitucionais* e *infraconstitucionais* 164
4.2.2.1.3 O problema da ofensa indireta ou reflexa 170
4.2.2.1.4 Prequestionamento 174
4.2.2.1.5 Questões de fato e questões de direito 178
4.2.2.2 Interesse em recorrer 187
4.2.3 Juízo de mérito do recurso extraordinário 191
4.3 O processamento do recurso extraordinário 195
4.3.1 Interposição 195
4.3.2 Juízo de admissibilidade bipartido 198
4.3.3 Agravo de instrumento contra a inadmissibilidade do recurso extraordinário na origem 199
4.3.4 Regime de retenção 205
4.3.5 Exame pelo Supremo Tribunal Federal 209

5. DA REPERCUSSÃO GERAL: ASPECTOS CONSTITUCIONAIS 211
5.1 A construção legislativa do § 3.º do art. 102 da Constituição Federal 211
5.2 Natureza jurídica e aspectos de ordem normativa e conceitual da repercussão geral 216
5.2.1 Natureza jurídica 216
5.2.2 O *quorum* estabelecido pela Constituição e o seu significado 220
5.2.3 Filtro de natureza jurisdicional e não política 223
5.2.4 Matéria de ordem pública 228
5.2.5 Conceito jurídico indeterminado 230
5.2.6 Repercussão geral e interesse social 236
5.2.7 Dimensões subjetiva e objetiva da repercussão geral 239
5.2.8 Conceito de repercussão geral 245
5.3 O antecedente histórico da repercussão geral no Brasil: a argüição de relevância 249
5.4 Os escopos do recurso extraordinário frente à exigência de repercussão geral 256
5.5 Sobre a discricionariedade judicial 261
5.5.1 Algumas reflexões sobre a chamada *discricionariedade judicial* 261
5.5.2 Há discricionariedade no exame da repercussão geral? 267

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

6. DA REPERCUSSÃO GERAL: CONTORNOS INFRACONSTITUCIONAIS. 269
6.1 A construção legislativa da Lei 11.418, de 19.12.2006 ... 269
6.1.1 Os trabalhos da comissão de regulamentação da Reforma do Judiciário ... 270
6.1.2 O projeto original elaborado pela CME do Judiciário ... 272
6.1.3 A tramitação do projeto no Senado Federal ... 272
6.1.4 A tramitação na Câmara dos Deputados ... 274
6.1.5 Parecer e emendas apresentadas na CCJ da Câmara: redação final ... 274
6.2 Estrutura normativa da Lei 11.418, de 19.12.2006 ... 275
6.2.1 Modificação do Código de Processo Civil em vez de introdução por legislação esparsa ... 276
6.2.2 A regulamentação legal mínima e a delegação de poderes ao Supremo Tribunal Federal: inconstitucionalidade? ... 277
6.3 A Emenda Regimental 21, de 30.04.2007 ... 279
6.3.1 As novas competências do Presidente e do relator ... 279
6.3.2 O emprego do meio eletrônico para a discussão sobre a existência da repercussão geral ... 283
6.4 Repercussão geral e contrariedade à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal ... 285
6.5 Verificação da repercussão geral: estática ... 286
6.5.1 Eficácia da exigência de repercussão geral e direito intertemporal dos recursos ... 286
6.5.2 Questão preludial: o momento da aferição ... 292
6.5.3 A análise colegiada ... 294
6.5.4 Intervenção de terceiros ... 295
6.5.4.1 *Amicus curiae* ... 295
6.5.4.2 Assistente simples ... 300
6.5.5 Publicidade e fundamentação da decisão que examina a existência de repercussão geral ... 301
6.5.6 São cabíveis embargos declaratórios contra a decisão que examina a repercussão geral ... 303
6.5.7 O exame da repercussão geral de casos sobre os quais já houve decisão anterior do Plenário ... 305
6.6 Verificação da repercussão geral: dinâmica ... 307
6.6.1 Questões constitucionais sem potencial de gerar multiplicidade 307
6.6.1.1 Repercussão geral e exame monocrático ... 307
6.6.1.2 Exame da repercussão geral diretamente pelo Plenário? 310
6.6.1.3 A emissão de pronunciamento sobre a repercussão geral no procedimento eletrônico não é *faculdade* dos ministros do STF ... 313

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

6.6.2 Questões constitucionais com potencial de geral multiplicidade 316
6.6.2.1 A seleção de causas representativas da controvérsia e o sobrestamento das demais 318
6.6.2.2 O procedimento de julgamento 321

BIBLIOGRAFIA 324

ANEXOS 335

I – Projeto de Lei elaborado pela CME do Judiciário 335

II – Versão original do substitutivo elaborado pelos Ministros Gilmar Mendes e Cezar Peluso, do STF, e aprovado pela CCJ do Senado 338

III – Texto aprovado pelo Plenário do Senado após as emendas do Sen. Demóstenes Torres 340

IV – Texto aprovado pela CCJ da Câmara, após as emendas de redação oferecidas pelo relator, Deputado Federal Odair Cunha 342

V – Texto da Lei 11.418, de 19 de dezembro de 2006 344

VI – Texto da Emenda ao Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal que fixou normas necessárias à execução da Lei 11.418, de 2006 346

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br